



GILBERTO MARTINS ESTEVES

Prefeito

ALEXANDRE QUINTELLA GAMA

Procurador Geral do Município

FELIPE MACHADO CAIRO BALTAZAR

Chefe de Gabinete

VANDERLEI PEREIRA DA SILVA

Secretário de Controle Interno

RÔMULOALVES BULHÕES

Secretário de Defesa Civil e Ordem Pública
Interino

CLAUDIA DE CASTRO PACHECO

Secretária de Administração

GILSON DOS SANTOS ESTEVES

Secretário de Fazenda

RAFAELA TEIXEIRA DA SILVA

Secretária de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

ROGÉRIO CAPUTO

Secretário de Obras Públicas, Urbanização e Transportes

ELUÁ NOGUEIRA TORRES DE ANDRADE

Secretária de Meio Ambiente

BERNARD DE OLIVEIRA CASAMASSO

Secretário de Planejamento e Gestão

RAFAELLA TEIXEIRA RAMPINI

Secretária de Saúde

APARECIDA DE FÁTIMA MOREIRA ESTEVES

Secretária da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação

JULIANA DA SILVA VIRGINIO

Secretária Agricultura, Abastecimento, Pesca, Indústria,
Comércio e Expansão Econômica

MARCELO TAVARES ESTEVES

Secretário de Turismo, Esporte e Lazer

SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

- Atos do Prefeito.....1/6Pgs
- Atos da Administração.....6/8Pgs
- Atos da Fazenda.....9Pgs

D.O

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

ANO XI – Nº1981 Segunda - Feira, 21 Setembro de 2020



ATOS DO PODER EXECUTIVO

ATOS DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.181 DE 21 DE SETEMBRO DE 2020.

Atualiza as medidas de enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus – COVID-19 e dispõe sobre o funcionamento do comércio local com restrições, no âmbito do Município de São José do Vale do Rio Preto e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o reconhecimento do estado de calamidade pública pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020 e suas alterações posteriores, que Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a dignidade humana enquanto fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º da CRFB/88;

CONSIDERANDO a Resolução SES Nº 2004 DE 18/03/2020, que regulamenta as atividades ambulatoriais nas unidades de saúde públicas, privadas e universitárias com atendimento ambulatorial e no Estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO o Ofício Circular nº 005/2020 CRCRJ-Setrep, de 14 de maio de 2020, do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, solicitando a inclusão da atividade de contabilidade no rol de atividades essenciais, por desempenhar papel essencial à manutenção da máquina Municipal, tanto na geração de dados e de recolhimentos de impostos, além de ser competência do profissional de contabilidade todo

o processo de depuração de dados e informações essenciais ao ente público, especialmente a elaboração e transmissão de todas as obrigações – principais e acessórias- não prorrogadas pelo Governo Federal, bem como outras atividades correlatas;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 47.112, de 05 de junho de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da propagação do Novo Coronavírus (COVID-19), em decorrência da situação de emergência em saúde, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Ofício nº 156/2020, oriundo do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, referente ao IC 2333 SJ SAL – MPRJ 2020.00374572, datado de 17/06/2020, que recomenda a suspensão da autorização de funcionamento dos templos religiosos até que seja avaliada a Nota Técnica elaborada pela Secretaria Municipal de Saúde pelo Ministério Público;

CONSIDERANDO o OF/PRM-NF/2º OFÍCIO/AS/Nº 594/2020 oriundo da Procuradoria da República do Município de Nova Friburgo;

CONSIDERANDO o Ato Normativo Conjunto TJ/ CGJ nº 25/ 2020, que dispõe sobre o Plano de Retorno Programado às Atividades Presenciais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e seu respectivo funcionamento em função das medidas de isolamento social que sejam decretadas em razão da pandemia de COVID-19, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar as medidas para o enfrentamento do Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de São José do Vale do Rio Preto;

CONSIDERANDO o Artigo 83, XVI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 80 da Lei Complementar nº 46/2013,

DECRETA

Art. 1º - Este Decreto define as novas medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente do Novo Coronavírus, vetor da COVID-19, a serem adotadas de acordo com o Decreto Estadual nº 47.052, de 29 abril de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da propagação em decorrência da situação de emergência em saúde e dá outras providências, bem como, reconhece a necessidade de manutenção da situação de emergência no âmbito do Município de São José do Vale do Rio Preto.

Art. 2º - Qualquer servidor público ou contratado que presta serviço para o Município de São José do Vale do Rio Preto, que apresentar febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais) passa a ser considerado um caso suspeito e deverá adotar o protocolo de atendimento específico utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde para os referidos casos.

Parágrafo único - Nas hipóteses do caput deste artigo, o servidor público ou contratado que presta serviço para o Município de São José do Vale do Rio Preto, deverá entrar em contato com a Administração Pública para informar a existência dos sintomas.

Art. 3º - De forma excepcional, com o único objetivo de resguardar o interesse da coletividade na prevenção do contágio e no combate da propagação do Novo Coronavírus (COVID-19), diante das notícias sobre o aumento de pessoas contaminadas em todo o território nacional, ficam suspensas até dia 28 de setembro de 2020, as seguintes atividades:

I - a visita a pacientes diagnosticados com o COVID-19, internados no Hospital Municipal Santa Theresinha;

II - as aulas presenciais nas unidades da rede pública e privada de ensino, sem prejuízo da manutenção do calendário recomendado pelo Ministério da Educação;

III - o curso do prazo processual nos processos administrativos perante a Administração Pública do Município de São José do Vale do Rio Preto, bem como, o acesso aos autos dos respectivos processos;

IV - a realização de eventos e atividades com a presença de público, ainda que previamente autorizadas, que envolvem aglomeração de pessoas, tais como: evento desportivo, show, salão de festa, casa de festa, feira, evento científicos em geral, bem como equipamentos ou pontos turísticos;

V - o funcionamento de academias, centro de ginástica e estabelecimentos similares, exceto para a prática de atividades físicas individuais, como pilates, *personal trainers* e hidroginástica;

VI - o funcionamento do comércio local, exceto, das 05h00m às 22h00m, os seguintes estabelecimentos:

a- Supermercados, mercados, mercearias e demais estabelecimentos comerciais congêneres;

b- Pequenos estabelecimentos, tais como: açougue, aviário, padaria, hortifrúti;

c - Restaurantes e Lanchonetes limitado a 1/3 (um terço) da capacidade ou com a retirada no local pelos clientes, no horário das 05h00m às 22h00m e através do serviço de entrega (delivery) sem limitação de horários;

d - Lojas de pneus, borracharias, oficinas mecânicas e estabelecimentos congêneres;

e - Farmácias e Drogarias;

f - Clínicas médicas, consultórios odontológicos e clínicas veterinárias, mediante agendamento prévio ou em casos de urgência;

g - Laboratórios de análises e exames clínicos;
h - Postos de Gasolina;
i - Lojas de Rações e Pet Shops;
j - Lojas de material de construção, ferragem e equipamento de proteção individual;
k - Terminal Rodoviário na localidade de Rio Bonito;
l - Estabelecimentos bancários públicos e privados, lotéricas e cartório;
m - Lojas de tecidos, para o fornecimento de insumos necessários à confecção de máscaras protetoras para nariz e boca e outros Equipamentos Individuais de Proteção – EPI’s relacionados ao enfrentamento do Novo Coronavírus – COVID-19.”;
n - Escritórios de contabilidade e advocacia mediante agendamento prévio;
o - Salões de cabeleireiro, barbearias, manicures e estabelecimentos congêneres, desde que seja realizado o agendamento prévio dos clientes e que não haja no interior do local mais do que uma pessoa na espera, devendo ainda ser utilizadas luvas de procedimentos e máscaras protetoras de nariz e boca, descartáveis ou de tecido, que podem ser produzidas de forma caseira, conforme orientações da Organização Mundial da Saúde – OMS e do Ministério da Saúde, durante os atendimentos;
p - Lojas de equipamentos de informática e serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center) para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;
q – O funcionamento de 1/3 (um terço) da capacidade de academias, centro de ginástica e estabelecimentos similares, para a prática de atividades físicas individuais;

§1º - Os estabelecimentos comerciais autorizados a funcionar deverão atentar sobre a necessidade de afastamento entre os consumidores com distância mínima de 1,5 m (um metro e meio), sem aglomeração de pessoas.

§2º - Cada estabelecimento deverá dispor de quantidade suficiente de colaboradores para assegurar o pleno funcionamento de suas atividades, como forma de garantir o abastecimento da população.

§3º - É vedado o comércio de bebidas alcoólicas para consumo no local, nos estabelecimentos autorizados a funcionar.

§4º - Os estabelecimentos comerciais que não se enquadrarem nas hipóteses descritas nas alíneas do inciso VI deste artigo, ficam autorizados a funcionar com 1/3 (um terço) da capacidade do espaço, além de poderem atender através do serviço de entrega (delivery) e/ou retirada no local com horário pré-agendado.

§5º - É garantido o exercício dos direitos fundamentais à livre expressão, reunião e protesto, exercidos de forma pacífica e sem aglomerações, com a observância do distanciamento social de 1,5 m (um metro e meio) e a utilização de máscaras protetoras de nariz e boca, além das demais orientações previstas para as atividades essenciais em geral.

Art. 4º - O transporte público de passageiros em coletivos, no âmbito do território do Município de São José do Vale do Rio Preto, fica limitado aos assentos disponíveis no veículo, sendo vedado o embarque de pessoas enquanto não houver locais vagos nos bancos ou poltronas, decorrentes de desembarque.

Parágrafo único – A empresa concessionária de transporte público deverá disponibilizar horários extras das linhas de ônibus para atender as necessidades da demanda da população, especialmente referente à linha que atende o trajeto de Rio Bonito à Rodoviária e vice-versa.

Art. 5º - A Secretaria Municipal de Saúde deverá observar e adotar rígida fiscalização das normas sanitárias, em especial as aplicadas ao enfrentamento do Novo Coronavírus (COVID-19).

Art. 6º - Os estabelecimentos comerciais localizados no âmbito do município de São José do Vale do Rio Preto, deverão cumprir as normas e orientações sanitárias e observar as boas práticas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde – OMS e, ainda, realizar rotina de assepsia para desinfecção de torneiras, maçanetas, banheiros e de suas dependências, além de disponibilizar equipamento de proteção individual e antissépticos à base de álcool para uso do público em geral.

Art. 7º - Fica determinado o uso obrigatório de máscaras protetoras de nariz e boca, descartáveis ou de tecido, que podem ser produzidas de forma caseira, conforme orientações da Organização Mundial da Saúde – OMS e do Ministério da Saúde, para:

- I** – motoristas, cobradores e usuários de transporte coletivo de passageiros;
- II** – motoristas e usuários de transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;
- III** – funcionários e consumidores de estabelecimentos considerados como essenciais;
- IV** – funcionários e consumidores de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços com funcionamento autorizado;
- V** – servidores públicos, no exercício das funções que atendam o público.

§1º - Os empregadores deverão fornecer gratuitamente as máscaras protetoras de nariz e boca aos seus funcionários e impedir

a entrada de pessoas que não estejam utilizando máscaras protetoras de nariz e boca.

§2º - Fica determinada a medição da temperatura corporal dos funcionários dos estabelecimentos autorizados a funcionar, devendo ser proibida a entrada daquele que apresentar temperatura acima de 37,8°C.

§3º - Caberá aos motoristas de transporte coletivo, por táxi ou aplicativo, impedir o embarque de passageiros que não estejam utilizando máscaras protetoras de nariz e boca.

§4º - O uso de máscara protetora de nariz e boca para a população em geral para circulação em ruas, calçadas e demais ambientes coletivos é recomendada e, sendo possível, deve ser colocado em prática.

Art. 8º - Permanecem suspensos os atendimentos e atividades presenciais do CAPS, de que trata o artigo 7º do Decreto Municipal nº 3.089 de 17 de março de 2020, exceto para os casos de urgência.

Art. 9º - Permanecem suspensos o transporte de pacientes para fora do Município de São José do Vale do Rio Preto, para atendimento de situações ambulatoriais, de que trata o artigo 10 do Decreto Municipal nº 3.089, de 17 de março de 2020.

Art. 10 - Permanecem suspensos os atendimentos ambulatoriais eletivos de pacientes estáveis nas unidades de saúde públicas do Município; os serviços de odontologia na atenção básica; no Centro de Especialidade Odontológica (CEO) e Fisioterapia. Parágrafo único – Os atendimentos ambulatoriais de cardiologia, pré-natal, psiquiatria e psicologia e dos pacientes que tenham risco de descompensação ou deterioração clínica, permanecem mantidos.

Art. 11 - Permanecem suspensos os atendimentos de rotina da Atenção Básica, exceto para os pacientes que tenham risco de descompensação ou deterioração clínica.

Art. 12 – Ficam retomadas as atividades dos Agentes Comunitários de Saúde para atendimento externo, diante do iminente risco de deterioração da saúde de grupos de pacientes diabéticos, hipertensos, gestantes, recém natos, portadores de doenças autoimunes e outras que necessitam de maior atenção, considerando o lapso temporal sem atendimento decorrente da necessária suspensão dos atendimentos de acordo com as anteriores medidas de enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus – COVID-19.

Art. 13 - Fica retomado o atendimento ao público pelos órgãos municipais, observados os horários de atendimento de cada setor.

§1º - O registro eletrônico de ponto biométrico digital volta a ser obrigatório, na forma do que estabelece o Decreto Municipal nº 2.992, de 07 de agosto de 2019, devendo ser respeitado o distanciamento de 1,5m no momento do registro pelo servidor no equipamento, considerando que não há motivos para a demora na ação de simples colocação do dedo para a leitura do aparelho, cujo tempo é inferior a 5 (cinco) segundos para o procedimento.

§2º - A chefia dos órgãos municipais deverá adotar as medidas necessárias para evitar eventuais aglomerações nos espaços de trabalho e de refeições.

Art. 14 - Em caso de descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar as eventuais práticas de infrações administrativas previstas no artigo 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como do crime previsto no artigo 268 do Código Penal.

Art. 15 - Fica autorizado o retorno do funcionamento das seguintes atividades, obedecendo os cuidados básicos para evitar o contágio e a propagação do Novo Coronavírus:

I – Cursos de idiomas, mediante a apresentação para avaliação e aprovação, pela parte interessada, do plano de retomada das atividades ao Gabinete de Crise;

II – Cultos religiosos, com 1/3 (um terço) da capacidade do espaço físico disponível, observância dos protocolos definidos pelas autoridades sanitárias.

Parágrafo único – Para o retorno das atividades religiosas de que trata este artigo, deverá ser apresentado ao Gabinete de Crise as medidas preventivas a serem adotadas nas igrejas e templos religiosos, para possibilitar o regular funcionamento, especialmente o seguinte:

I - Uso de máscara facial, obrigatório para ingresso e permanência a todos participantes;

II - Disponibilização de álcool gel 70 % (setenta por cento), oferecido quando ingresso e disponibilizado no interior dos templos e em suas dependências de livre acesso ao público;

III - Distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e meio) entre os presentes, inclusive quanto a ocupação dos assentos disponibilizados;

IV - Nas reuniões presenciais ter a participação máxima de público por reunião de 1/3 da capacidade total do templo,

entendendo-se por capacidade o número de assentos disponíveis para os cultos regulares;

V - Recomendar aos idosos acima de 60 anos, pessoas portadoras de comorbidades e pertencentes aos grupos de risco ou que apresentarem sintomas de gripes, tosse, que preferencialmente participem das celebrações através das transmissões *on-line*;

VI - O manuseio da coleta deve ser feito uma vez por semana, com pessoas com idade inferior a 30 anos, com máscara, luva, zelando por uma rígida higienização pessoal, após o trabalho;

VII - Intervalo mínimo entre as reuniões e ou cultos de meia hora com a finalidade de se evitar aglomerações na saída e entrada de frequentadores;

VIII - Seja formada uma Equipe de Colaboradores para o controle de entrada, higienização e limpeza, segurança, etc.;

IX - Todos deverão permanecer com máscara do início ao fim da celebração, removendo-a, apenas, na hora da comunhão, que será dada nas mãos dos fiéis;

X - Manter nas dependências em lugar visível comunicação ostensiva quanto aos cuidados a serem observados dentro das dependências da Igreja;

XI - O templo deverá ser continuamente higienizado, intensificando-se a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e realizar frequente desinfecção das áreas onde as pessoas estiveram sentadas;

XII - Evitar cumprimentos com contato físico, tais como abraços e apertos de mãos;

XIII - Continuar sendo realizada a transmissão das celebrações via internet;

XIV - As medidas de que trata este Parágrafo se estendem, no que couber, aos cultos ou rituais realizados fora dos templos, bem como aos envolvidos na gravação ou transmissão de celebrações não presenciais.

Art. 16 - Para os sepultamentos dos óbitos ocorridos e/ou que venham a ser realizados no território do Município de São José do Vale do Rio Preto, passam a ser definidos os seguintes critérios, para enfrentamento do Novo Coronavírus e diminuir a probabilidade de contágio e como medida para controlar os casos de COVID-19:

I - Nos casos de suspeita ou confirmação de que o óbito tenha sido decorrente de COVID-19:

- a. O corpo deverá ser preparado observando as orientações da NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 04/2020;
- b. Deverá ser providenciado o sepultamento ou cremação de maneira mais célere possível, sem a realização de velório, com a participação limitada a, no máximo, 5 (cinco) pessoas, preferencialmente familiares próximos;
- c. A urna funerária deverá ser mantida fechada e lacrada durante o funeral, para evitar qualquer contato físico com o corpo;
- d. Os participantes da cerimônia de sepultamento não deverão tocar na urna, mantendo um afastamento mínimo de 1 (um) metro, devendo seguir as medidas de higiene das mãos e de etiqueta respiratória, em todas as circunstâncias e evitem apertos de mão ou outros tipos de contato físico entre si;
- e. Proibição de participação nos sepultamentos de pessoas dos seguintes grupos vulneráveis: Crianças até 12 (doze) anos; Idosos acima de 60 (sessenta anos); Grávidas e Pessoas com imunossupressão e pessoas com sintomáticas respiratórias.

II - Na hipótese de exclusão de possibilidade de que o óbito seja decorrente de COVID-19, mediante declaração expressa da SMS, poderá ocorrer o velório do corpo, com as seguintes determinações:

- a. A urna funerária deverá ser mantida fechada e lacrada durante o velório, para evitar qualquer contato físico com o corpo;
- b. O Velório deverá ser realizado exclusivamente na capela municipal, sendo vedada a realização em igrejas, capelas ou outros templos religiosos;
- c. O tempo de velório fica limitado a 3 (três) horas, sendo permitido o sepultamento até às 17:00hs;
- d. Caso a liberação do corpo impeça o uso total do tempo de velório previsto na alínea anterior, a capela deverá ser fechada e o tempo remanescente poderá ser utilizado a partir das 8:00hs do dia seguinte;
- e. O limite de pessoas presentes na capela é de 1/3 (um terço) da capacidade do espaço físico disponível, com observância dos protocolos definidos pelas autoridades sanitárias, em especial o uso obrigatório de máscaras pelos presentes; respeito ao distanciamento pessoal de 1,5m (um metro e meio) e sem cumprimentos com contatos físicos.

Art. 17 - No local do velório e do sepultamento deverá ser disponibilizados água, sabonete líquido, papel toalha e/ou álcool gel a 70% para higienização das mãos.

Art. 18 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, em 21 de setembro de 2020.

GILBERTO MARTINS ESTEVES
Prefeito

Alexandre Quintella Gama
Procurador Geral do Município

Felipe Machado Cairo Baltazar
Chefe de Gabinete

Cláudia de Castro Pacheco
Secretária Municipal de Administração

Rafaella Teixeira da Silva
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Bernard de Oliveira Casamasso
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Rafaella Teixeira Rampini
Secretária Municipal de Saúde

Rômulo Alves Bulhões
Secretário Municipal de Defesa Civil e Ordem Pública
PORTARIA Nº 290 DE 21 DE SETEMBRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Memorando SMS nº 035/2020 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente,

R E S O L V E

Autorizar, em caráter excepcional, o servidor **MACIEL GARCIA DA SILVEIRA**, matrícula 2.869, portador da CNH 06276641308, a conduzir a viatura da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, abaixo mencionada:

Chevrolet S10 – KZH 5356

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, em 21 de setembro de 2020

GILBERTO MARTINS ESTEVES
Prefeito

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO

AVISO IMPORTANTE EDITAL DE PREGÃO Nº051-2020

PREGÃO, AQUISIÇÃO DE LEITES E FORMULAS LÁCTEAS DE ORDEM JUDICIAL PARA ATENDIMENTO DA FARMÁCIA MUNICIPAL DA SECRETARIA DE SAÚDE, NOS MOLDES DO ANEXO I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII DO REFERIDO EDITAL.

Informamos aos senhores licitantes que em virtude da ANVISA não emitir Autorização de Funcionamento (AFE) na área de alimentos, exceto para a atividade de armazenamento em portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados de uso público: código de assunto 9369 – PAF – Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) que presta serviço de armazenagem de alimentos em recintos alfandegados ficam dispensados da apresentação exigidas no item **4.3.6 - OUTROS DOCUMENTOS, letras C** - A licitante deverá apresentar a autorização de funcionamento de empresa (AFE) emitida pela Agencia Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme disposto no artigo 50 da Lei nº 6.360/76 e incisos I, III e IV do artigo 10 da Lei nº 6.437/77 do edital. Entretanto, todo estabelecimento

na área de alimentos deve ser previamente licenciado pela autoridade sanitária competente Estadual, Distrital ou Municipal, mediante a expedição de licença ou alvará.

Quanto ao item do 4.7 nos seus subitens A, B, e C conforme consta nos textos, quando for o caso.

Todas as outras informações continuam inalteradas.

São José do Vale do Rio Preto, 21 de setembro de 2020.

Claudia de Castro Pacheco
Secretaria de Administração
AVISO DE CORRIGENDA DE LICITAÇÃO

POR TER SAÍDO COM ERRO DE DIGITAÇÃO NO AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO- Presencial para TOMADA DE PREÇO nº 006/2020

AONDE SE LÊ:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

A sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas comerciais, **será realizada às 10:00 horas, do dia 28 de setembro de 2020** na sala de licitações da Administração Municipal, situada na Rua Cel. Francisco Limongi, 125 – Centro – São José do Vale do Rio Preto – Estado do Rio de Janeiro.

LEIA-SE:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

A sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas comerciais, **será realizada às 10:00 horas, do dia 30 de setembro de 2020** na sala de licitações da Administração Municipal, situada na Rua Cel. Francisco Limongi, 125 – Centro – São José do Vale do Rio Preto – Estado do Rio de Janeiro.

São José do Vale do Rio Preto, 21 de SETEMBRO de 2020.

CLAUDIA DE CASTRO PACHECO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA LICITATÓRIA

PROCESSO Nº. 6158/2020

Ref. Serviços de postagens de correspondências a serem prestadas a municipalidade, no valor de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais), junto a **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**.

O Chefe de Gabinete, no feito protocolado sob o n.º 6158/2020, solicitou ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, através do Ofício CG nº 053/2020, datado de 16 de setembro de 2020, que seja realizado empenho por estimativa e posterior pagamento no valor de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais), para serviços de postagens de correspondências a serem prestadas a municipalidade. A referida dispensa será com a **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**, inscrita no CNPJ nº 34.028.316/0002-94, sediada Avenida Presidente Vargas, 3077, Cidade Nova – Rio de Janeiro - RJ.

Ao apreciar a solicitação, a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, Artigo 24, Inciso XXIII, bem como os fundamentos fáticos inseridos nos autos, observamos que a solicitação em análise, torna-se dispensável o procedimento licitatório, em face do narrado nos autos pelo Chefe de Gabinete, devidamente ratificada pela douta Procuradoria Jurídica as cota de 18/09/2020 e Secretaria de Controle Interno as cota de 18/09/2020 do mesmo processo administrativo.

Urge esclarecer, que a **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS**, ora enfocados, dar-se-á com a **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**, pelas razões expostas no Processo em questão.

Pelo exposto, solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal que seja ratificado o presente ato de **DISPENSA LICITATÓRIA**, com fulcro nos Artigo 24, XXIII, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICO a Dispensa Licitatória solicitada, tendo em vista as argumentações trazidas e o que dispõe o Artigo 24, XXIII, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Proceda-se a contratação, publique-se o Ato.

São José do Vale do Rio Preto, 21 de setembro de 2020.

GILBERTO MARTINS ESTEVES

Prefeito Municipal

PROCESSO N.º 5534/2020

INEXIGIBILIDADE LICITATÓRIA

Ref. Aquisição de peças para Bomba de Infusão SMART LIFEMED da Secretaria de Saúde, no valor de R\$ 5.535,40 (Cinco mil quinhentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos), junto a empresa **RAM MARQUES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI**.

A Senhora Secretária de Saúde e a Senhora Administradora Geral do Hospital Maternidade Santa Theresinha, no feito protocolado sob o n.º 5534/2020, solicitou através do Ofício nº 0193/HOSP/2020, datado de 11 de Agosto de 2020, que seja autorizada a aquisição de peças para Bomba de Infusão SMART LIFEMED da Secretaria de Saúde – **70 (setenta) unidades de Equipo Luer Lock SMART Parental para Bomba de Infusão Lifemed SMART**, no valor unitário de R\$ 20,52 (Vinte reais e cinquenta e dois centavos) e valor total de R\$ 1.436,40 (Um mil, quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta centavos); **100 (cem) unidades de Equipo Luer Lock SMART Enteral No Luer para Bomba de Infusão Lifemed SMART**, no valor unitário de R\$ 17,49 (dezessete reais e quarenta e nove centavos) e valor total de R\$ 1.749,00 (Um mil setecentos e quarenta e nove reais); **100 (cem) unidades de Equipo Luer Lock SMART Fotossensível para Bomba de Infusão Lifemed SMART**, no valor unitário de R\$ 23,50 (vinte e três reais e cinquenta centavos) e valor total de R\$ 2.350,00 (Dois mil, trezentos e cinquenta reais). Totalizando R\$ 5.535,40 (Cinco mil quinhentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos). Para ser utilizado na Bomba de Infusão SMART LIFEMED da Secretaria de Saúde. A aquisição se dará junto a empresa **RAM MARQUES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 03.749.855/0001-08, estabelecida a Estrada Barão do Turvo, nº 33, Barra do Pirai - RJ.

Por todo exposto, solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal que seja ratificado o presente Ato de **INEXIGIBILIDADE LICITATÓRIA**, com fulcro nos artigos 25, I, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
GABINETE DO PREFEITO

INEXIGIBILIDADE LICITATÓRIA

PROCESSO N.º 5534/2020

Tendo em vista a solicitação da Senhora Secretária de Saúde e a Senhora Administradora Geral do Hospital Maternidade Santa Theresinha, considerando as informações constantes nos autos do processo administrativo de nº 5534/2020, em especial as cota de 26 de agosto de 2020 da Procuradoria Geral do Município e de 03 de setembro de 2020 da Secretaria de Controle Interno, com fulcro nos artigos 25, I, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações, **RATIFICO a INEXIGIBILIDADE LICITATÓRIA** para aquisição de peças para a Secretaria de Saúde, a ser utilizado na Bomba de Infusão SMART LIFEMED, junto a empresa **RAM MARQUES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI**, no valor de R\$ 5.535,40 (Cinco mil quinhentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos).

Publique-se o ato.

São José do Vale do Rio Preto, 21 de setembro de 2020.

GILBERTO MARTINS ESTEVES

Prefeito Municipal

ATOS DA FAZENDA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Jul/2019 a Ago/2020 - 2º quadrimestre/2020

ESPECIFICAÇÃO	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	ACUMULADO 12 MESES
RECEITAS CORRENTES (I)	6.073.152,92	7.445.268,29	6.813.120,04	11.213.986,59	7.410.166,26	8.213.274,74	8.370.524,98	7.494.893,23	5.369.013,57	6.263.318,19	6.830.093,33	8.794.054,02	78.231.361,70
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	457.853,43	500.554,80	475.205,83	788.426,19	468.698,74	513.556,23	866.268,30	517.788,82	414.114,20	696.235,32	304.221,04	602.172,00	6.605.094,90
Imposto s/a Prop. Predial Territorial Urbana (I)	83.448,02	80.719,53	89.432,69	94.248,60	107.163,32	151.098,90	164.675,22	221.996,43	120.287,26	331.937,74	169.220,37	169.447,95	1.783.676,03
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	138.272,76	174.902,76	135.418,45	242.703,96	152.247,36	135.041,12	197.853,15	90.608,65	87.355,70	133.026,72	191.072,31	166.115,40	1.844.618,34
Imposto s/ Transmissão de Bens Imóveis	11.200,00	12.500,00	19.900,00	36.380,00	7.000,00	6.780,00	11.000,00	-	4.050,00	5.000,00	10.800,00	13.400,00	138.010,00
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	159.086,27	168.237,70	168.498,91	370.578,24	157.562,70	179.728,13	166.345,59	168.536,94	166.321,46	175.175,80	172.252,98	171.196,77	2.223.521,49
Outras Receitas Tributárias	65.846,38	64.194,81	61.955,78	44.515,39	44.725,36	40.908,08	326.394,34	36.646,80	36.099,78	51.095,06	(239.124,62)	82.011,88	615.269,04
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	42.707,16	46.489,61	48.637,39	47.244,40	48.638,96	46.064,56	45.542,76	43.379,97	40.212,10	44.532,79	40.121,09	43.184,50	536.755,29
RECEITA PATRIMONIAL	43.890,81	53.497,03	37.487,76	33.182,64	29.739,80	23.751,11	24.642,36	16.313,16	12.266,55	9.642,94	6.560,57	20.513,79	304.733,78
Receita Patrimonial - PM	30.482,72	33.829,57	23.368,36	20.160,51	16.266,69	14.075,35	14.847,64	9.620,42	6.841,07	5.985,79	4.238,17	19.178,74	198.895,03
Receita Patrimonial - FMS	12.895,12	18.880,76	13.876,79	12.798,46	12.860,98	9.252,44	9.381,33	6.446,53	5.202,45	3.396,11	2.113,08	1.245,55	101.594,86
Receita Patrimonial - FMDCA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial - FMAS	512,97	786,70	242,61	223,67	612,13	423,32	413,39	246,21	223,03	261,04	209,32	89,50	4.243,89
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.528.272,39	6.840.935,61	6.245.856,50	10.340.192,80	6.857.468,83	7.629.238,51	7.432.405,41	6.908.419,87	4.899.503,38	5.511.141,89	6.477.478,97	8.121.783,87	70.739.948,31
Cota-Parte de FPM (100%)	1.024.287,30	942.989,48	1.279.771,66	2.181.799,41	1.287.321,32	1.860.121,84	1.087.664,73	1.066.152,21	1.113.887,69	906.764,33	929.904,27	992.962,61	11.843.995,64
(LC n.º 87/96) ICMS Desoneração (100 %)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cota-Parte do ICMS (100%)	1.706.086,04	2.094.297,75	1.831.361,94	2.370.926,57	1.938.389,34	1.931.512,29	2.145.190,76	1.523.665,88	1.399.139,51	1.567.251,98	1.649.433,25	1.694.471,21	21.851.726,52
Cota-Parte do IPVA	36.472,46	35.271,29	38.112,38	38.791,31	502.382,19	473.280,37	243.127,23	92.361,42	31.044,85	62.520,09	51.748,88	66.865,03	1.671.977,50
Cota-Parte do IPI - Exportação (100%)	50.034,44	51.000,56	44.157,15	63.552,98	39.369,28	46.313,79	50.227,06	45.810,45	38.407,10	40.105,64	44.014,80	47.752,58	560.745,83
Transferências do FUNDEB	906.344,55	1.096.167,13	975.038,81	1.314.734,67	1.204.335,90	1.312.463,27	1.229.188,43	970.387,64	774.952,73	847.001,73	894.040,47	934.088,31	12.458.743,64
Outras Transferência Correntes	1.320.547,67	1.348.843,94	1.394.206,69	2.048.171,35	1.435.521,31	1.605.133,71	1.620.657,81	1.430.082,35	969.889,67	1.543.357,68	2.297.015,74	1.851.661,83	13.173.054,50
Transferências Correntes FMS	480.063,32	1.167.214,11	577.565,71	2.165.132,38	439.246,88	400.413,24	1.028.278,61	1.762.390,13	472.800,44	478.800,44	584.132,64	2.468.150,18	8.493.104,82
Transferências Correntes FMDCA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes FMAS	4.436,61	105.151,35	105.642,16	157.084,13	10.902,61	-	28.070,78	17.569,79	99.381,39	65.340,00	27.188,92	65.832,12	686.599,86
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	429,13	3.791,24	5.932,56	4.940,56	5.619,93	664,33	1.666,15	8.991,41	2.917,34	1.765,25	1.711,66	6.399,86	44.829,42
Receitas Diversas - PM	429,13	3.791,24	5.932,56	4.940,56	5.619,93	664,33	1.666,15	8.991,41	2.917,34	1.765,25	1.711,66	6.399,86	44.829,42
Receitas Diversas - FMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Diversas - FMDCA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	563.668,35	630.139,83	638.896,43	800.732,46	753.510,92	862.325,42	705.313,79	545.703,42	516.495,96	515.400,40	535.025,19	560.434,91	7.627.647,08
Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Ser. Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patronal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensação Financ. Entre Reg. Previd.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	563.668,35	630.139,83	638.896,43	800.732,46	753.510,92	862.325,42	705.313,79	545.703,42	516.495,96	515.400,40	535.025,19	560.434,91	7.627.647,08
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)	5.509.484,57	6.815.128,46	6.174.223,61	10.413.254,13	6.656.655,34	7.350.949,32	7.665.211,19	6.949.189,81	4.852.517,61	5.747.917,79	6.295.068,14	8.233.619,11	70.603.714,62

Receita Corrente Líquida em reais e sem arredondamento:
RCL de Agosto 2020 R\$

70.603.714,62